



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

**SENTENÇA**

Processo nº: **1006338-32.2018.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária**  
 Requerente: **Rafael Pazeto Logatti Me**  
 Requerido: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

Dispensado o Relatório, na forma do artigo 38 da Lei nº 9.099/95.

A preliminar de ilegitimidade de parte oposta pelo Município de Araraquara confunde-se com o mérito, devendo ser analisada sob tal aspecto.

Busca a parte autora, por meio desta ação, a condenação dos requeridos Município de Araraquara e Instituto Corpore ao pagamento da quantia de R\$27.648,00 pela prestação de serviços nos plantões de clínica médica.

De fato, não há, na hipótese, a responsabilidade objetiva apontada pela autora, preconizada no artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, eis que se cuida de situação distinta.

E não há qualquer demonstração de vínculo empregatício entre a autora e o município de Araraquara a implicar sua responsabilidade no pagamento dos supostos débitos.

O contrato firmado entre Instituto Corpore e o município de Araraquara, para prestação e gerenciamento da atividade de clínica médica, em caráter complementar, não atribui ao município responsabilidade solidária sobre as contratações particulares realizadas pelo Instituto Corpore.

Esta, aliás, foi a decisão proferida no processo nº



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

1001211-16.2018.8.26.0037, que tramitou neste Juízo, de que os prestadores de serviços deveriam buscar seus créditos nos processos cíveis deflagrados ou a deflagrar (fl. 776 daquele feito).

Aqui não se verifica responsabilidade do Município quanto ao crédito da autora, especialmente pelo fato de ter o ente público cumprido sua parte junto ao Instituto contratado.

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a ação proposta contra o Município de Araraquara.

Deixo de deliberar quanto à lide privada, porquanto este Juízo não detém competência para tal.

Sem condenação em custas ou honorários advocatícios (art. 55 da Lei 9.099/95).

Publique-se. Intimem-se.

Araraquara, 05 de dezembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**